



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA (UAST)

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

MARIA ALIDIA GONDIM MOURATO

**ENSINO DE CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS E DOCUMENTOS
OFICIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CURRÍCULO DE
PERNAMBUCO (2012) E A BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR (2017)**

SERRA TALHADA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA (UAST)
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

MARIA ALIDIA GONDIM MOURATO

ENSINO DE CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS E DOCUMENTOS
OFICIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CURRÍCULO DE
PERNAMBUCO (2012) E A BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR (2017)

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de Serra Talhada sob a orientação da Prof^a Dr.^a. Noadia Íris da Silva, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Letras da UFRPE.

SERRA TALHADA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M929e

Mourato, Maria Alidia Gondim Mourato

Ensino de conhecimentos linguísticos e documentos oficiais: Uma análise comparativa entre o Currículo de Pernambuco (2012) e a Base Nacional Comum Curricular (2017) / Maria Alidia Gondim Mourato Mourato. - 2019.

53 f. : il.

Orientador: Noadia Iris da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Letras,) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.

Inclui referência.

1. Linguística. 2. BNCC. 3. Currículo de Pernambuco. 4. Documentos. I. Silva, Noadia Iris da, orient. II. Título

CDD 410

MARIA ALIDIA GONDIM MOURATO

**ENSINO DE CONHECIMENTOS LINGUISTICOS E
DOCUMENTOS OFICIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE
O CURRÍCULO DE PERNAMBUCO (2012) E A BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR (2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras, produzido na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/UAST.

Orientador:

Prof.^a Dr.^a Noádia Iris da Silva / UFRPE

Examinadores:

Prof.a. Dra. Fátima Soares da Silva Carvalho

Prof.a. Ma. Luíza Victor de Araújo

Serra Talhada – PE, 13 de dezembro de 2019

Com base no disposto na **Lei Federal Nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998 [...]. Autorizo para fins acadêmicos e científicos a UFRPE/UAST, a divulgação e reprodução TOTAL, desta monografia intitulada **ENSINO DE CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS E DOCUMENTOS OFICIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CURRÍCULO DE PERNAMBUCO (2012) E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2017)**, em ressarcimento dos direitos autorais, da obra, a partir da data abaixo indicada ou até que a manifestação em sentido contrário de minha parte determine a cessação desta autorização.

Assinatura

Data

*Dedico este trabalho à memória
póstuma do meu pai, Antônio Mourato
e à minha mãe, Ana Alves Gondim
Mourato. Pessoas que não mediram
esforços para que eu chegasse onde
hoje estou.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça alcançada a cada dia. À minha orientadora Noadia, pela dedicação, incentivo e competência. A ela, minha eterna gratidão e admiração.

Ao meu pai, Antônio Mourato (in memoria) cuja presença sempre está e estará ao meu lado, como sempre transmitindo força, coragem e fé. A minha mãe, Ana Alves Gondim Mourato, exemplo de mulher destemida, persistente, amiga, que souo bastante e sabe ate mais que eu o quanto foi dura essa caminhada, para enfim, alcançar o que sonhei. A ela, dedico essa vitória e todas as outras que virão.

A minha irmã, Aline e a meu cunhado, Franceildo, por desde o início dos meus estudos na UAST abrirem as portas de sua casa e me acolher da melhor forma possível. A meus irmãos: Alécio e Alana, pela compreensão de quando a grana ficava curta e nossa mãe sempre fazendo de tudo para me dar um trocado.

A todos os meus familiares que transmitiram boas vibrações, inclusive aqueles que por ordem de Deus, não estão mais aqui. A todos, minha gratidão e respeito.

À Maria Das Dores Gondim, minha madrinha, e Meiry Barbosa, que sempre me incentivaram com belas palavras acolhedoras.

Aos amigos e amigas que fiz e reencontrei durante a minha jornada acadêmica, em especial Geneilda Barbosa, Gustavo Saulo e Jeancarlos Marins.

A todas as minhas colegas de trabalho, pelas palavras de conforto, ajudar sempre que precisava me ausentar e fazer-me rir nos momento de sufoco.

A todos os professores, pelo o ensinamento transmitido.

A todos vocês minha gratidão.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a
fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando
o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

RESUMO

A educação é primordial no processo de transformação do indivíduo por meio da interpretação do mundo em que vivemos, nesse contexto, algumas medidas são tomadas para fornecer ao educando acesso ao ensino de qualidade, dentre os quais deve apontar para os documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Estadual (PC/PE), dentre outros, tais documentos são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Todavia, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por intuito avaliar dois dos documentos citados anteriormente, dos quais a Base (2017) e o Parâmetro Curricular Estadual (2012). Vale salientar que a escolha dos anos de cada documento a ser avaliado foi dada pela observação de que o currículo estadual referente ao mesmo ano da base é uma reprodução do mesmo, visto ser função dos estados adequar a BNCC sem causar-lhe perdas, a realidade vivenciada por cada região, desse modo, por observar as mudanças ao longo dos anos nos documentos oficiais têm-se aqui uma análise comparativa por meio dos conhecimentos linguísticos existentes nos currículos. Portanto, objetiva-se analisar de maneira comparativa o Currículo Estadual (2012) e a BNCC (2017) a partir da implementação da linguística na sala de aula. Destaca-se que a metodologia utilizada para a elaboração deste TCC foi a análise documental, em que ao longo da leitura será possível perceber a utilização do texto primário para enriquecer este trabalho. Os currículos trazem a preocupação em fornecer ao aluno a possibilidade de aprender de acordo com sua realidade, portanto, a adequação da BNCC pelos estados é de suma importância uma vez que corrobora significativamente para o sucesso do ensino aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística; BNCC; Currículo de Pernambuco; Documentos.

ABSTRAT

Education is primordial in the process of transformation of the individual through the interpretation of the world which we live. In this context, some measures are taken to provide to the student access to the quality education, among which should point to official documents, such as the Brazilian Curriculum Parameters (PCN), National Education Guidelines and Bases Law (LDB), Common National Curriculum Base (BNCC) and State Curriculum (PC / PE), among others, such documents are fundamental for the development of quality education. However, this Course Conclusion Paper aims to evaluate two of the documents cited previously, such as the Base (2017) and the State Curriculum Parameter (2012). It is worth noting that the choice of the years of each document to be evaluated was given by the observation that the state curriculum referent to the same year of the Base is a reproduction of that, since it is a function of the states to adapt the BNCC without causing losses to the reality experienced by each region, thus, observing the changes over the years in the official documents, we have a comparative analysis through the existing linguistic knowledge in the curriculum. Therefore, the objective is to analyse in a comparative way the State Curriculum (2012) and the BNCC (2017) from the implementation of linguistics in the classroom. We highlight that the methodology used for the elaboration of this TCC was documentary analysis, in which through the reading it will be possible to understand the use of the primary text to enrich this work. The Curriculum bring with them the concern with providing students with the possibility to learn according to their reality, so the adequacy of BNCC by states is of paramount importance, once it corroborates significantly to the success of the Teaching and Learning.

KEYWORDS: Linguistics. BNCC. Pernambuco Curriculum. Documents.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 Por que publicar propostas curriculares?	13
1.2 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	16
1.3 A Proposta Curricular de Pernambuco (2012)	20
1.4 Posições Críticas	23
1.5 A Análise Linguística no contexto dos PCN/PE (2012) e BNCC (2017)	30
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	33
2.1 Tipo de pesquisa	33
2.2 A pesquisa documental e os documentos	36
2.3 Procedimentos de coleta do material/corpus	37
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
3.1 Síntese sobre Análise Linguística dentro do Parâmetro de Pernambuco Orientações para o ensino de conhecimentos linguísticos no PCE/PE	39
3.1.1 Análise Linguística e Oralidade	40
3.1.2 Análise Linguística e Leitura	42
3.1.3 Análise Linguística e Escrita	43
3.2 Síntese sobre Língua Portuguesa e o Eixo de Análise Linguística/Semiótica dentro da BNCC.	44
3.2.1 Eixo da Análise Linguística/Semiótica	44
3.2.2 Eixo da leitura	45
3.2.3 Eixo da Produção de texto	46
3.2.4 Eixo da Oralidade	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste numa análise preliminar das orientações oficiais para o ensino de conhecimentos linguísticos em duas propostas curriculares que orientam a educação em nosso país nos níveis nacional, Base Nacional Comum Curricular (Brasil 2017), e estadual, nos Parâmetros Curriculares Estaduais (PERNAMBUCO, 2012).

Consideramos importante entender quais são as propostas vigentes para a prática pedagógica desse eixo de ensino porque a inserção da linguística nos currículos é uma vitória presente nos últimos anos, proporcionando ao docente transformar o ensino programático de conteúdo e sistemas de regras em possibilidade de aprendizagem a partir do contexto social em que seu aluno encontra-se inserido.

O ensino de linguagem deve basear-se no processo de multiletramentos, ou seja, trata-se de deslocar o ensino gramatical, sendo que o que importa é apenas o ensino de signos e de regras sem vínculos com o uso da língua e realocá-lo no contexto de compreensão e funcionamento da língua, ou seja, o uso dela por meio de suas variações e modalidades (oral e escrita). Em suma, não se sugere que o sistema de regras não deva ser trabalhado, mas é importante que haja a reflexão nos sentidos e o conhecimento já existente da língua praticada no dialeto do falante.

Destaca-se, portanto, como visto no parágrafo anterior que o ensino da linguística não exclui a prática de ensino de regras e conceitos, mas possibilita que a partir de dados já existentes seja possível fazer com que o aluno pense o meio e identifique o conhecimento, atuando assim como sujeito ativo em seu processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, a partir da análise minuciosa dos documentos aqui propostos é possível perceber que apesar da proposta da análise linguística perpassando todos os eixos de ensino na prática ao avaliar os quadros referentes aos eixos em cada documento percebe-se que alguns não serão beneficiados com a análise linguística, os quais discorre-se posteriormente em capítulo voltado a tal análise.

Para a composição do trabalho, ressalta-se a preocupação em um primeiro momento descrever a partir da visão de outros estudiosos acerca da importância de publicar propostas curriculares, nesse primeiro momento traz-se autores favoráveis e desfavoráveis ao tema a fim de oferecer ao futuro leitor deste trabalho o conhecimento de opiniões diversas. Em seguida discute-se acerca da metodologia utilizada para que se compreenda a importância da utilização de documentos primários no desenvolvimento do trabalho.

Por fim, os documentos analisados são melhores apresentados no terceiro capítulo que compõe este trabalho, onde cada um deles, Parâmetro Curricular de Pernambuco (2012) e Base Nacional Comum Curricular (2017) são apresentados de maneira individual e apontados os eixos para fins de análise linguística.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Por que publicar propostas curriculares?

A existência de propostas curriculares para Zambon (2017) tem por finalidade oferecer ferramentas que contribuam para o desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e ainda para sua qualificação para o trabalho contando com a colaboração da sociedade. Compreende-se, então, que as propostas curriculares têm por funcionalidade melhorar o desenvolvimento da atuação profissional, oferecendo aos professores as alternativas de lidar com variadas possibilidades, sendo o processo de ensino/aprendizagem interligado aos variados contextos sociais.

Sobre a elaboração de propostas curriculares têm-se a seguinte colocação:

Considerando que caberia ao Estado determinar uma base comum de conhecimentos que organizasse o sistema de ensino e favorecesse a unificação nacional e o desenvolvimento cultural da sociedade, a pedagogia dos conteúdos colocava-se a favor de programas oficiais a serem desdobrados pelos professores, consideradas as condições da escola, as experiências dos alunos, bem como as situações didáticas específicas às diferentes séries e matérias. Ao buscar resgatar a importância dos conteúdos e ao ressaltar a função básica da escola – a transmissão do saber sistematizado -, defendia a existência de um conhecimento científico, universal e objetivo, a ser dominado por todos os estudantes. (MOREIRA, 2000, p. 111-112)

É dever do Estado, como podemos perceber através da colocação acima, apresentar um documento oficial que corrobore na organização do sistema de ensino, favorecendo assim a unificação nacional dentre outros aspectos mencionados pelo autor, fazendo uso de programas oficiais e ainda tendo em vista as condições da escola e experiências dos alunos. É importante ressaltar que os documentos oficiais visam ao resgate da importância do conteúdo, apresentando a transmissão do saber sistematizado, e, por meio da existência do conhecimento científico, universal e objetivo.

Favero (2016, p. 15) aponta que os pressupostos teóricos que permeiam o currículo funcionam como plano orientador das práticas nas instituições, pois é partindo do mesmo que os educadores organizam suas práticas educacionais em torno do conhecimento. Portanto, os currículos desempenhariam função de guia no exercício da docência.

Sobre o currículo têm-se a seguinte colocação:

Poderíamos então dizer que o currículo é constituído de relações sociais diversas, sejam elas dentro ou fora do ambiente escolar, lembrando que os conhecimentos não são unicamente construídos dentro da escola, mas sim na sociedade que a rodeia. O conhecimento é a parte central de um currículo, Young (2016) traz a ideia do “conhecimento poderoso”, ou seja, um conhecimento que dá possibilidades aos alunos, que faz eles pensarem, refletirem, reformularem e compreenderem melhor o mundo em que vivem. (FAVERO, 2016, p. 17)

Ainda, segundo Favero (2016), o currículo estabelece vínculos com as diversas relações, portanto, ao docente cabe um amplo conhecimento não apenas científico, mas também da observação do contexto de seus alunos tendo em vista que o conhecimento é construído dentro e fora da escola, exigindo dos discentes que pensem, reflitam, reformulem e compreendam melhor o contexto social no qual estão inseridos.

Azevedo & Damasceno (2017, p. 86) apontam que “ao tomar o ato de linguagem como um processo, o documento destaca que a formação de sujeitos é histórica e socialmente construída, tonando-se assim, um compromisso que cabe a todos eles”. Sendo assim, percebe-se que o conhecimento é colocado mais uma vez como fator construído além das limitações impostas por muros escolares.

Deve-se destacar essa prática da formação docente além da sala de aula defendendo que o docente é responsável por ampliar o conhecimento do aluno de maneira significativa, como abordado a seguir:

O docente de Língua Portuguesa que expõe diferentes visões sobre o que está ensinando estará ampliando o conhecimento de seus alunos de maneira significativa. Por exemplo, ao analisar o uso da língua, o professor pode destacar esse uso do ponto de vista da fala cotidiana, formal e informal, ou do ponto de vista do texto jornalístico. Outro exemplo seria a abordagem da escrita e da fala utilizada por advogados, médicos, professores, escritores, etc. Ênfase também deve ser dada ao trabalho com múltiplas linguagens e com os gêneros discursivos, pois se trata de uma prática que atua diante da possibilidade de se ter acesso às diferentes dimensões de produção de sentidos de maneira não-fragmentada. (DANTAS, 2015, p. 130)

A partir dessa colocação de Dantas (2015), busca-se trazer as propostas curriculares para o ensino de Língua Portuguesa, compreendendo que deverá ser possível ao professor ampliar o conhecimento do aluno, de modo que este tenha em vista a possibilidade de analisar a linguagem formal e informal, capacitando-o tanto ao discurso oral como a adaptação da produção de textos em diversos sentidos. O autor oferece exemplos que poderiam ser adequados à realidade de sala de cada professor, como a abordagem da escrita da fala de um advogado ou outras profissões, por exemplo.

O Colégio Estadual Pedro Araújo Neto (2018, p. 5), em estudo interno, aponta nesse contexto que ensinar a Língua Portuguesa é mostrar a função social dessa, fazendo com que o discente venha a se identificar com a língua materna por meio da percepção de que pode haver um domínio da língua que será primordial na garantia de mecanismos para expressar suas ideias em diferentes situações. Essa percepção será responsável ainda por desenvolver no ambiente escolar a criticidade e autonomia do aluno.

Remetendo-nos aos anos 80, quando se observou a necessidade de se criar propostas curriculares, observa-se a seguinte colocação:

No que se refere especificamente às mudanças curriculares propostas, tenderam a ampará-las a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação popular, duas tendências pedagógicas de significativa importância na configuração do campo do currículo na década em questão. Ainda que concordando com a necessidade de se teorizar a partir da situação específica da realidade educacional brasileira, bem como com a urgência de se construir uma escola de qualidade para os alunos das classes populares, as duas tendências divergiam radicalmente em relação ao conteúdo a ser ensinado nessa escola. (MOREIRA, 2000, p. 111)

De acordo com o autor supracitado, desde a elaboração inicial de propostas curriculares visava-se uma pedagogia crítico-social dos conteúdos e da educação popular, para a época, anos 80, a apresentação de propostas voltadas a esses aspectos demonstrava-se de grande importância. Assim, naquela época já se apontava para um ensino em que a teoria coexistisse com a situação de realidade educacional brasileira.

No já citado apontamento das propostas do Colégio Estadual Pedro Araújo Neto (2018), a perspectiva das propostas curriculares está atrelada ao fator de que toda reflexão sobre a língua só tem sentido se considerar como ponto de partida a dimensão dialógica da linguagem. Ainda conforme esse documento, tal dimensão deve estar presente em atividades que possibilitem tanto a alunos como a professores experiências reais de uso da língua materna.

É importante ainda salientar que a elaboração de propostas curriculares se encontra respaldada tanto pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) como ainda pela Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (BRASIL, 1997). Portanto, demonstrada a importância das propostas curriculares para contribuir com a educação em seus diversos níveis e argumentada a necessidade de padronização nesses documentos, observaremos na seção a seguir os aspectos históricos, características e o percurso de elaboração da proposta curricular oficial vigente em nosso país.

1.2 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Anteriormente à construção da Base Nacional Comum Curricular, no decorrer do ano de 2014, havia uma discussão acerca da implementação do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Foi a partir desse contexto que, como abordam Candido & Gentilini (2017), apresentaram-se de início as primeiras discussões sobre a BNCC. Na sequência, o Ministério da Educação criou um portal que proporcionava ao público a possibilidade de contribuir para elaboração do documento, estabelecendo canais de comunicação e participação da sociedade.

Assim, a construção da Base se deu em diferentes etapas que se iniciaram com as discussões realizadas entre especialistas das diversas áreas da educação, reuniões nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nessas ocasiões, “Ocorreram divergências e momentos de tensão em relação à elaboração, além dos momentos conturbados no meio político”. (ZAMBON, 2017, p. 4)

Franco & Munforo (2018) citam que a produção da BNCC está situada no contexto amplo de políticas públicas educacionais, assim como de discussões sobre a definição do que se deve ensinar na educação básica. No contexto da elaboração da Base, houve momentos de turbulência que interferiram indiretamente na repercussão do documento:

Na primeira versão, encontrava-se a orientação para um trabalho conjunto que visava a desenvolver o letramento, por ser entendido como a condição de participar das mais diversas práticas sociais permeadas pela escrita. Essa visão possibilitava a construção de saberes múltiplos associados à construção de saberes múltiplos associados à moderna sociedade tecnológica, a autonomia para ser leitor de materiais relativos aos diversos campos e suportes e a produção de textos em diferentes modalidades com variados propósitos comunicativos. Na versão final, também há o reconhecimento de que os conhecimentos humanos são sempre construídos por meio de “[...] ações intersubjetivas, geradas em atividades coletivas, pelas quais as ações dos sujeitos são reguladas por outros sujeitos” (BRASIL, 2017, p. 59). Assim, embora a perspectiva de desenvolvimento do letramento tenha sido

modificada, ambas as versões remetem à ideia de interdisciplinaridade. (AZEVEDO & DAMACENO, 2017, p. 86)

Como afirmam os autores, a primeira versão da Base apontava para um trabalho conjunto que assinalava o desenvolvimento do letramento, pela observação de que seria essa uma condição de participar das mais diversas práticas sociais que permeiam a escrita. Essa preocupação com o letramento oferecia a possibilidade de construir um conhecimento que abarcasse as mais variadas áreas da sociedade moderna até a sociedade tecnológica.

Observa-se na elaboração da BNCC uma preocupação com os diversos campos e suportes de conhecimento, além dos mais variados propósitos comunicativos. Os autores prosseguem apontando para a última versão da Base que vão além assinalando para o reconhecimento dos conhecimentos próprios adquiridos por meio das atividades coletivas. Observou-se que o desenvolvimento do letramento foi modificado entre a primeira e a última versão, entretanto, as duas versões ainda remetem à ideia de interdisciplinaridade.

Quanto aos objetivos explícitos da publicação dessa proposta curricular, temos a seguinte afirmação:

Na apresentação do ex-ministro da educação Renato Janine Ribeiro para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), versão preliminar, encontramos a afirmação de que o documento pretende se constituir na base para a renovação e o aprimoramento da educação básica como um todo (...) Dessa maneira, a BNCC assume um papel estratégico nas ações educacionais perante todos os educadores e gestores do Brasil, pois se dispõe a seguir dois rumos: orientar a formação inicial e continuada de professores e servir de apoio à elaboração dos materiais didáticos (incluindo livros e materiais audiovisuais) que ainda serão desenvolvidos. (AZEVEDO & DAMACENO, 2017, p. 85)

A colocação dos autores acima citados aponta para as principais justificativas para a elaboração da BNCC, que se volta à formação inicial e continuada dos docentes e à elaboração de materiais didáticos. Sendo assim, é primordial para que a partir dela sejam criados outros documentos para a educação, como ocorreu com o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e os objetivos presentes na CF/88.

A partir de todos os currículos e documentos vindos antes e/ou após a elaboração da BNCC, observou-se que esta assumiu dentro do contexto em que se encontra inserido, um papel primordial, pois trata-se de estratégias para as ações educacionais, seguindo dois rumos,

o de orientar a formação inicial e continuada de professores e ainda o de servir de apoio à elaboração dos materiais didáticos.

O objetivo principal, como constava do documento introdutório da BNCC, era oferecer subsídios às propostas curriculares, trazendo a preocupação com as especificidades que caracterizam as escolas brasileiras (BRASIL, 2016). Tal objetivo apontava para a necessidade de que a BNCC não ignorasse o campo próprio das escolas, os pensamentos e concepções sobre ensino e educação que nelas estavam presentes, bem como questões relacionadas com o ensino e a aprendizagem dos alunos. (CÂNDIDO & GENTILINI, 2017, p. 325)

Ao ser elaborada a BNCC possuía como objetivo contribuir com as propostas curriculares, nesse aspecto abordou preocupações com as especificidades que são características das escolas brasileiras, sendo assim, não poderia haver a falta de observação para os aspectos próprios vivenciado pelas escolas, os pensamentos e concepções sobre o ensino e educação que nelas permeiam. Cândido & Gentilini (2017) esclarecem que a Base Curricular deve contribuir para a melhor condução do trabalho docente, o que resulta na construção de instrumentos avaliativos adequados e coerentes. Sendo assim:

uma das inovações da primeira versão da BNCC era justamente o modo como tratava o conhecimento conceitual. Os conceitos científicos foram posicionados como um dos elementos que constituem o conhecimento científico, e não o único. Havia outros elementos igualmente importantes que davam visibilidade aos processos de produção e comunicação do conhecimento. Assim, os três outros eixos da proposta apareciam com a mesma relevância que o primeiro. (FRANCO & MUNFORD, 2018, p. 164)

Observa-se na colocação de Franco & Munford (2018) que desde a primeira versão da BNCC uma de suas inovações para o ensino estava relacionada à maneira como essa trata o conhecimento conceitual, desse modo, entende-se que as informações acerca de conceitos tornaram-se mais um noção científica, entendendo que este não é o único, mas parte da ciência.

Na primeira versão da Base, observou-se sinais claros de que o conhecimento científico/conceitual/teórico não seria a única responsável pelo desenvolvimento das aulas, seriam apenas uma das ferramentas a serem utilizadas pelo docente. Caberia ao professor realizar uma adequação primordial em suas aulas, observando e respeitando os processos de produção e comunicação da informação. É importante ressaltar que sendo assim, os outros

eixos apresentados pela BNCC possuem a mesma importância destinada ao informação científica.

Marsiglia et al (2017, p. 116) aprofunda-se na interpretação do documento e ressalta:

De acordo com o documento, os conteúdos devem estar a serviço das competências, cujo conceito é sintetizado, conforme consta na LDB, enquanto “[...] a possibilidade de mobilizar e operar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes” (BRASIL, 2017, p. 3), e define o conhecimento como uma soma das habilidades necessárias para aplicá-lo, mais a atitude para refletir e utilizar as habilidades adequadamente. Isto é, trata-se de utilizar o conhecimento para encontrar novas formas de ação que permitam melhorar a adaptação desses indivíduos aos interesses da classe empresarial.

Portanto, a Base traz em seu contexto a importância de que os conteúdos sejam repassados de maneira a obedecer às competências apresentadas pela BNCC, assim, ao abordar determinado assunto em sala de aula, o professor deve estar ciente a qual competência pertence aquele conteúdo, e o que se espera que o conhecimento dele traga a seu aluno. Outro ponto importante avaliado pelo autor supracitado é a definição de que o aluno ao adquirir o conhecimento científico possa também trabalhar a habilidade de aplicação desse, ou seja, é preciso construir no aluno uma atitude reflexiva diante das ferramentas que lhes são oferecidas.

Salienta-se essa preocupação da BNCC no campo de Análise Linguística e Semiótica, há a defesa de que o docente deve trabalhar com seu aluno a interpretação de textos além dos textos escritos, sendo possível a inserção de imagens, links e outros recursos atuais que podem corroborar no trabalho do professor quando bem aplicados, ou seja, deverá a escolha de conteúdo ter sentido e se encaixar nos aspectos da base acerca dos objetivos propostos.

Há, como colocado anteriormente, uma recente preocupação com o ensino da língua como um sistema além das regras.

Os componentes que compõe a área de linguagens estão fundamentados no entendimento de que “[...] cada ato de linguagem não é uma criação em si, mas está inscrito em um sistema semiótico de sentidos múltiplos e ao mesmo tempo, em um processo discursivo” (BRASIL, 2017, p. 59). Ao tomar o ato de linguagem como um processo, o documento destaca que a formação de sujeitos é histórica e socialmente construída, tornando-se, assim, um compromisso que cabe a todos eles. (AZEVEDO & DAMACENO, 2017, p. 86)

O ensino da língua, a partir do conhecimento de linguagem, é por si só um marco no ensino uma vez que outrora se preocupava única e exclusivamente com o ensino da língua como um sistema de regras, portanto, como colocam Azevedo & Damaceno (2017) “quando os currículos apontam o ato de linguagem como um processo torna esta como uma responsabilidade de todos”. Sendo assim, entende-se que uma vez que a linguagem é um processo, de cunho social, cabe a todos nós falantes nativos, a responsabilidade de (re)conhece-la.

Nóbrega & Suassuna (2014) descrevem que o ensino de português sempre foi ajustado nas gramáticas normativas tradicionais, sendo a língua descrita como um código estático e acabado independente dos sujeitos, como falantes, e descolado dos contextos de uso. Portanto, quando se pensava no ensino de língua portuguesa tinha em mente um processo de estabelecer um bem falar e bem escrever, construindo assim um modelo de uso da língua, desse modo, a preocupação da escola era unicamente um ensino mecânico de regras, portanto, a Base Nacional Comum Curricular desconstrói algumas estruturas do ensino de línguas.

1.3 A Proposta Curricular de Pernambuco (2012)

Como vimos anteriormente, as propostas curriculares são elaboradas a partir da Base Nacional Comum Curricular, ou seja, fazem parte de um complemento da BNCC, sendo possível identificar que o Currículo Estadual trata-se de uma adequação da Base é, por meio da adequação desse à realidade vivenciada por cada Estado já que observado ser o Brasil um país de muitas culturas e variadas realidades sociais que percebe-se a importância do papel da BNCC, em ocasião que ele por sua vez oferece um caminho a percorrer para unificar a educação no Brasil e ainda assim permite sua adequação à realidade cultural de cada estado.

Elaborada no diálogo com outros documentos produzidos no estado – Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco (BCC, 2008), Orientações Teórico- Metodológicas para o Ensino fundamental e para o Ensino Médio (OTMs, 2008) –, a proposta de ensino que aqui se apresenta considera a natureza social e interacional da linguagem, toma o texto como objeto central de ensino e privilegia práticas de uso da linguagem na escola. Ganha força, portanto, a possibilidade de construção de um currículo menos conteudista e mais centrado no desenvolvimento das capacidades de ler, escrever, ouvir e falar. (PERNAMBUCO, 2012, p. 13)

O surgimento do Currículo de Pernambuco é resultado da diversidade cultural, da diversidade existente no fazer educação e os variados processos educativos. Portanto, a

proposta curricular estadual é, sobretudo, uma das diversas instâncias oferecidas pela educação no Brasil que possui por finalidade definir o que se deve ensinar e o que se deve aprender. Nesse contexto, é possível apontar ainda que, como ponto de partida para a elaboração, é utilizada a problematização das necessidades que vem surgindo na prática educativa. Sua elaboração se deu através de articulações citadas acima em Pernambuco (2012).

Sendo assim, compreende-se que para a elaboração do currículo de Pernambuco houve articulações entre diversos setores que se fazem necessários devido sua importância para a Educação do Estado, dentre os quais, a Secretaria Estadual de Educação e a União dos Dirigentes Municipais de Educação são indispensáveis por terem um conhecimento mais voltado ao Estado e aos Municípios que formam Pernambuco.

O Currículo Estadual citado anteriormente aponta ainda que é fruto de dispositivos legais, como a LDB, CF/88, dentre outros. Portanto, entende-se que a elaboração do Currículo Estadual possui como norte o documento Nacional, a fim de manter a proposta de uma educação a nível nacional unificada, no próprio currículo de Pernambuco há a seguinte afirmação:

Os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa reafirmam um modelo de ensino alinhado com as orientações nacionais* e comprometido com uma formação que garanta aos estudantes usar a linguagem com autonomia e competência, para viver melhor, para aprimorar-se pessoal, intelectual e profissionalmente e para atuar de forma ética e responsável na vida social. (PERNAMBUCO, 2012, p. 13)

A elaboração do Currículo de Pernambuco se deu por meio da utilização das orientações nacionais. Assim, a Base orienta a elaboração dos currículos estaduais a partir de um direcionamento. É importante salientar que a BNCC é um documento normativo, e que viabiliza direcionar as redes de ensino para que, por meio de desenvolvimento prático, seja conduzido à construção das habilidades, competências, atitudes e valores humanos pré-estabelecidos no documento.

Se voltarmos para o contexto da linguagem humana diretamente, é possível perceber toda a implicação de se avaliar o contexto em que se encontra inserido o aluno. Silva (2017) compreende diversas facetas que vão desde o momento histórico em que é estudado, e seu contexto social e político além da percepção que se constrói da língua, desse modo, é imprescindível que o ensino voltado a ele possa abranger essas ideias de momento histórico,

contextos social e político, dentre outros fatores. Por esta razão, a elaboração de um currículo específico para atender as necessidades do Estado.

Apresentando-se têm no próprio Currículo:

Os parâmetros de Língua Portuguesa foram organizados de modo a fazer avançar o ensino de Português na perspectiva mencionada na apresentação deste documento. Nesse sentido, vale ressaltar alguns aspectos de sua organização. Em primeiro lugar, a estruturação em EIXOS, indicando que a organização e sistematização do trabalho com a linguagem na escola deve considerar o compromisso da disciplina com o desenvolvimento de capacidades linguísticas de leitura, escrita e oralidade (produção e recepção). (PERNAMBUCO, 2012, p.15)

O texto presente no Currículo de Pernambuco produzido em 2012 tem por objetivo ser esclarecedor, sanando as lacunas deixadas por Currículos anteriores, pois entende-se sobre ele um instrumento que vai além da sala de aula, não é apenas conteúdo a ser apresentado, são conquistas, procedimentos, compreensão e tantos outros fatores que permeiam a educação na atualidade, sendo assim, o próprio Currículo apresenta-se a seu leitor, através do esclarecimento da maneira como é formulado. Dentro desse contexto, discorre-se que o currículo é estruturado através de eixos que corroboram para um documento organizado e sistemático.

Entretanto, são conhecimentos necessários para a elaboração e efetivação do currículo estadual.

Sem o domínio desse conhecimento é difícil a participação plena das pessoas em uma sociedade complexa, moderna e cada vez mais global. Young afirma que é desse conhecimento que a escola deve se ocupar. “Precisamos entender os currículos como forma de conhecimento especializado para podermos desenvolver currículos melhores e ampliar as oportunidades de aprendizado” (YOUNG, 2014 apud SILVA & SANTOS, 2016, p. 8)

Portanto, mesmo que para alguns estudiosos o currículo lhes pareça algo mecanizado, com propostas que muitas vezes ainda está longe da realidade vivenciada, ou aspectos que foram formulados apenas para a existência no currículo, ainda assim, são conhecimentos necessários no momento da elaboração da aula, entendendo os currículos como conhecimentos especializados a partir do qual é possível desenvolver outros currículos viabilizando as melhoras e ampliando as oportunidades no processo de ensino/aprendizagem.

Acerca das Competências e Habilidades que o Currículo de Pernambuco engloba:

Sobre as Competências e Habilidades, o Currículo de Pernambuco afirma que “a função da escola enquanto instituição formal é buscar se adaptar aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando” (p. 14). A Comissão Especial entende que o parágrafo que contém tal afirmação, poderia ser conformado por nova redação, a saber: “numa sociedade pressionada por um processo de globalização e pelos impactos das novas tecnologias, a função da escola é propiciar uma avaliação crítica dos valores culturais que a sociedade vem experimentando, na perspectiva de um(a) cidadão(ã) livre e emancipado(a). Portanto, uma escola emancipadora.” (PERNAMBUCO, 2008, p. 4)

Quando trata sobre as Competências e Habilidades que devem ser abordadas pela escola, o currículo de Pernambuco esclarece que como instituição formal esta tem por finalidade buscar adaptar-se aos novos valores culturais que é vivenciada na sociedade, pois sabe-se que vivemos em uma sociedade globalizada e que cada vez mais sofre avanços tecnológicos, portanto, cabe à escola oferecer uma avaliação crítica de valores culturais, tendo como objetivo formar o cidadão livre e emancipado.

1.4 Posições críticas

É importante ressaltar que nem todos os estudiosos dos Currículos são favoráveis ao mesmo, desse modo, nem todos os autores consultados para a elaboração do presente trabalho defendem a publicação de currículos nacionais. Geraldi (2015, p. 393) entende que:

a razão de ser da BNCC é a uniformização do ensino num país que se caracteriza por sua diversidade (linguística, cultural, econômica e social). E a uniformização do ensino, ainda que ideologicamente justificada para parecer que vivemos numa sociedade sem desigualdade social e regional, de fato atende a necessidades do projeto neoliberal de educação que orienta todos os seus horizontes pelas avaliações de larga escala.

Nesse contexto é relevante apontar que a razão da existência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) encontra-se atrelada à uniformização do ensino, entretanto, como coloca Geraldi (2015) acima citado, abre-se uma lacuna, pois o Brasil é um país caracterizado por sua diversidade em vários aspectos. Sendo assim, a existência de um documento que viabilize essa uniformização se não adequado a cada realidade pode ser caracterizado como sem relevância para a prática cotidiana do docente em sala de aula.

A partir dessa ideia de contrariedade à Base, Rocha & Pereira (2016) escrevem:

Em concordância, Cunha (2015) julga que a intenção dessas políticas é determinar o sentido da educação e do currículo, produzir o campo que a

legitimará e, por conseguinte, justificar e atender aos interesses de determinados grupos políticos. A autora acredita ainda que é impossível pensar em uma unicidade curricular, no sentido de fixação e estabilidade, dado o caráter ambíguo do contexto social.

Através de estudo feito acerca da BNCC, Rocha & Pereira (2016) abordaram algumas observações contrárias à Base, dentre as quais supostas intenções políticas na elaboração da mesma, nesse contexto político, a BNCC tem por objetivo determinar qual o sentido da educação. É possível observar ainda a mesma colocação de Geraldi acerca da unicidade curricular, pois o contexto social no qual encontramos-nos inseridos possui um caráter diverso.

É importante ressaltar para Geraldi (2015, p. 388) quais seriam ainda os principais fundamentos que a Base Nacional Comum Curricular segue:

Os princípios fundamentais incorporados pela BNCC e sua opção metodológica pelas práticas de linguagem, seguindo o princípio de que o processo todo segue o caminho do uso-reflexão e que conhecimentos de descrições da língua somente fazem sentido se necessários a essa reflexão, e se permitem um salto nas capacidades de mobilizar recursos expressivos, mostram o grande avanço na área dos estudos da linguagem na escola. Essas opções não são novidades: estavam presentes em propostas de ensino desde meados dos anos 1980, como se pode ver no primeiro plano curricular escrito pós-redemocratização da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de 1985. Era o começo da oficialização de novas perspectivas e já se fundavam e aprofundavam propostas anteriores expressas por pesquisadores universitários que se debruçaram sobre as questões de ensino da língua portuguesa, como Geraldi (1984), Ilari (1985), entre outros.

Entende-se na colocação de Geraldi (2015) que a elaboração da BNCC possui como fundamento para sua funcionalidade o caminho a percorrer sobre o uso-reflexão da língua, desse modo, os conhecimentos apontados por meio das descrições da língua são apenas ferramentas que visam o fazer sentido, ou seja, respaldado no conhecimento de língua já adquirido pelo aluno por meio da vivência social, mas fazendo-o a partir do conhecimento descritivo dos porquês de cada classe gramatical e os variados gêneros, gerando no discente uma reflexão.

Em seu estudo Rocha & Pereira (2016, p. 225) descrevem o seguinte resultado:

Desta maneira, para os autores(as), a BNCC se mostra frágil, porque se propõe controlar algo que é puro movimento, ou seja, para Dias, Farias e Souza (2015), estabelece-se uma tentativa do controle curricular. Portanto, sob a perspectiva foucaultiana, resulta no enquadramento dos corpos.

Sobre todos os autores pesquisados por Rocha & Pereira (2016) conclui-se que para os estudiosos contrários há a observação de que a BNCC é uma ferramenta que tem por intuito controlar algo que por sua vez não pode ser controlado, a exemplo do cotidiano vivenciado em sala de aula em que o professor necessita adequar suas aulas à realidade do grupo, sendo assim, há uma característica de aprisionamento do conhecimento.

Ressalta-se que muitos autores apresentados ao longo do presente trabalho como estudiosos da Base e dos currículos analisam os objetivos da BNCC compreende-se que é imprescindível abranger o que se espera quando se elabora uma base que norteará o ensino básico. Ainda avaliam quais princípios regem esta mesma criação, como poderemos observar:

Os princípios norteadores da BNCC, desde a sua proposição inicial de 2015, podem ser compreendidos no âmbito da internacionalização das políticas, caracterizado por diversos autores, como Vinokur (1987), Afonso (2001) e Lange (2001). Traços desta tendência já podem ser identificados nas diretrizes nacionais para a educação básica (BRASIL, 2010a; 2010b), nas quais destaca-se a adoção de uma perspectiva sistêmica para a regulação e gestão de educação, com base na organicidade e na afirmação dos princípios educativos do educar e do cuidar, assim como na busca pela denominada qualidade social da educação com base nos padrões mínimos de qualidade associados aos sistemas nacionais de avaliação particularmente ao Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA). (BITTENCOURT, 2017, p. 560)

Nesse contexto, observa-se que a BNCC traz a internacionalização das políticas de educação, o que é possível identificar esses aspectos já nas diretrizes nacionais para a educação básica. Destaca-se que nas diretrizes encontra-se uma estrutura de organização dos sistemas. Esses princípios educativos são voltados ao educar e o cuidar, tal qual aspectos relacionados à qualidade social da educação e sistemas de avaliação como o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), são colocados em pauta, uma vez que para a educação ainda há a necessidade de avaliar se as propostas estão sendo atendidas e o conhecimento científico chega ao discente.

Um dos pontos importantes a tratar acerca dos documentos é a possibilidade de adequação da BNCC por cada estado, o que corrobora para o ensino da linguagem visto o Brasil ser um país de inúmeras culturas, especialmente linguísticas. Para alguns estudiosos se não houvesse a possibilidade de adequação do documento oficial ele certamente seria um desperdício, pois não se vê grandes possibilidades de um ensino unificado para todas as regiões do Brasil.

O documento atual produzido por encomenda do Ministério da Educação (MEC) propõe um conjunto de orientações para o ensino de língua, particularmente no Ensino Fundamental (de 1ª a 8ª Séries) e oferece uma possibilidade de definir linhas gerais de ação. Tudo dependerá, no entanto, de como serão tais orientações tratadas pelos usuários em suas salas de aula; seria nefasto se as indicações ali feitas fossem tomadas como normas e pílulas de uso e efeito indiscutíveis. Pior ainda, se com isso se pretendesse identificar conteúdos unificados para todo território nacional, ignorando a heterogeneidade linguística e a variação social. (MARCUSHI, 2002, p. 21)

Percebe-se que a BNCC como colocado por Marcushi (2002) tem grande preocupação com o Ensino Fundamental, vale ressaltar que tal preocupação encontra-se ainda atrelada à aplicação da Prova Brasil, portanto, o documento como veremos em sua apresentação em capítulo posterior define linhas gerais para o ensino de linguagem, sendo de responsabilidade dos estados à adequação a realidade vivenciada a cada um.

Essa adequação é vista de maneira positiva pelo fato de o Brasil ser um país da diversidade cultural, e quanto à cultural nos referimos linguisticamente, o que tornaria o documento um desastre se a preocupação fosse a unificação do ensino para todo o território nacional sem que houvesse a preocupação com a realidade vivenciada por cada região.

De fato, há a preocupação que haja a unificação do ensino, o que é posto pela própria criação da BNCC, todavia, entende-se que as realidades de cada região são diferentes e por esta razão o documento traz essa possibilidade, entretanto, é importante ressaltar que em termos de conteúdos todos devem ser respeitados, sendo assim o documento pode sofrer adequação com acréscimo, no entanto, nada pode ser retirado.

Sobre a preocupação relacionada aos conteúdos que caem em provas que avaliam a qualidade de ensino vale ressaltar como colocam Souza & Baptista (2018) que há uma grande quantidade de críticas que podem ser feitas a essas avaliações e pesquisas com que os currículos se preocupam se houver um olhar para os fatores relacionados a diversidade étnica, social, territorial e cultural que há no país. “Entretanto, tais avaliações vêm sendo a principal maneira de se julgar a qualidade da educação no país.” (SOUZA & BAPTISTA, 2018, p. 182)

Portanto, como é possível perceber por parte dos autores há preocupação com o fato de que o currículo apenas mecanize a educação, desse modo, é importante ressaltar ainda que confiamos que abraçar um currículo básico comum calcado nessas avaliações e desconsiderar “uma gama de aspectos extrínsecos e intrínsecos à realidade brasileira de profissionais ligados à educação que estão todos os dias no “chão” da sala de aula é, no mínimo, questionável.” (SOUZA & BAPTISTA, 2018, p. 182)

Por outro lado, Xavier & Almeida (2016) apontam que a BNCC possui preocupação com quatro eixos, ou seja, não apenas a avaliação, mas também o percurso até ela:

Observamos que a BNCC prega o investimento em quatro políticas: Política Nacional de Formação de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Infraestrutura Escolar e Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Tais eixos são pensados para garantir as condições que geram a qualidade no sistema de Educação Básica. (p. 4)

Portanto, para os autores citados acima, a proposta da BNCC não atende unicamente à preocupação com as avaliações, mas se preocupa com todo o processo, desde oferecer ao professor constantes cursos de formação, assim como os materiais, a infraestrutura e por fim a avaliação do ensino. Desse modo, a Base seria um sistema rico que visa a atender aspectos centrais que impactam a qualidade da educação.

Vale ressaltar que a BNCC como vemos hoje, depois de longos processos de (re)construção é a representatividade de um grande avanço no que tange o ensino da língua, desde a década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais aborda as concepções de linguagem e de subjetividade, entretanto, essa foi uma conquista gradativa na história do ensino da língua, como Geraldini (2015) aborda:

Numa avaliação geral da BNCC na área de Língua Portuguesa, podemos dizer que temos uma manutenção das concepções de linguagem e de subjetividade já assumidas em meados da década de 1990 pelos PCN. Aqui, há um avanço na especificação das diferentes práticas de linguagem em diferentes campos de atuação, o que tornará mais palatáveis e compreensíveis os PCN. Peca-se, no entanto, pela exigência que faz de um trabalho com uma enormidade de gêneros e de forma em que as condições efetivas de emprego desses gêneros passam a ser um simulacro em sala de aula, anulando, desse modo, o ponto de partida teórico da interação que define o próprio fenômeno da linguagem. (p.392)

As diferentes práticas de linguagem é um avanço da BNCC sobre os PCNs, entretanto, o autor traz uma crítica em relação ao excesso de gêneros que devem ser apresentados aos alunos, apontando que o excesso pode tornar as aulas de língua portuguesa uma disciplina de muito conteúdo, mas que pelos prazos de pouco tempo acabam atropelando a aquisição de conhecimento e por via prejudicando o aluno, pois se espera que este seja capaz de identificar, compreender, escrever e todos os demais aspectos apresentados nas competências do ensino de língua portuguesa apresentados pela BNCC e o Currículo de Pernambuco e que porventura encontra-se reproduzido no presente trabalho.

Outro ponto levantado por outros estudiosos da BNCC está relacionado com a utilização dos termos, o que implica para alguns uma problematização uma vez que pode vir a dificultar a interpretação e atuação dos docentes.

As limitações conceituais permanecem na BNCC (2017), assim como apresentações simplificadas do trabalho que pode ser realizado, o que não colabora com o trabalho do professor que pode estar pouco familiarizado com os termos. Temos como exemplo o conceito de multiletramento e letramento, que são simplesmente citados sem nenhum esclarecimento quanto à compreensão que está sendo adotada para essas noções (Ibid p. 54-55). Embora coexistam várias concepções de letramento, em nenhum momento o documento apresenta uma definição clara ou explicações detalhadas. É compreensível o esforço em evitar um texto excessivamente acadêmico, mas isso não justifica a ausência de um tratamento teórico-metodológico consistente. (AZEVEDO & DAMACENO, 2017, p. 89)

Há certa preocupação ainda com os conceitos e/ou falta deles na BNCC, por um lado ela ainda faz questão que haja um cuidado com a transmissão de conceitos aos discentes mesmo que não anulando a existência da possibilidade de estudar a língua como ela é, por outro lado, não apresenta de maneira clara o que espera do docente, fazendo uso de termos que podem vir a ser interpretados de várias maneiras sendo passível de confusão na interpretação dos nossos professores, e por esta razão causar dano à prática docente.

A própria BNCC traz:

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. A seleção de habilidades na BNCC está relacionada com aqueles conhecimentos fundamentais para que o estudante possa apropriar-se do sistema linguístico que organiza o português brasileiro. (BRASIL, 2018, p. 139)

Portanto, o conceito ainda está muito atrelado ao ensino da linguagem para a BNCC, ela aponta para que haja um ensino voltado às práticas cotidianas de linguagem e cultura, no entanto, que esse seja abordado como ponto de reflexão a respeito do funcionamento e o contexto das práticas linguísticas. Desse modo, entende-se que através dos conhecimentos já adquiridos pelo estudante deverá ele apropriar-se do sistema linguístico, adquirir conhecimento relacionado a conceitos.

O Currículo de Pernambuco aponta:

Partindo desse pressuposto, o Currículo de Pernambuco objetiva trazer para o cotidiano escolar a dimensão discursiva e pragmática das diferentes formas de linguagem (artística, icônica, corporal, verbal, simbólica), a fim de que o estudante reflita e as use como meio de compreender a realidade e intervir nela. Nesse aspecto, recomenda-se criar situações de aprendizagens que oportunizem os estudantes a produzir sentido, expressar-se, colocar-se como protagonista, uma vez que a linguagem é por si só carregada de intencionalidade, ponto de encontros e também de desencontros, de acertos e desacertos. (PERNAMBUCO, 2012, p. 39)

O Currículo de Pernambuco apresenta que em seus objetivos encontra-se o de trazer as diferentes formas de linguagem para o cotidiano da sala de aula a fim de que o discente possa a partir da realidade e variedade refletir, compreender e intervir no uso da língua. O Currículo recomenda, a partir desse objetivo, que o docente venha a criar situações que possam colocar o aluno de frente a essa realidade, é importante ressaltar que os documentos aqui estudados apontam para um roteiro que o professor deve seguir, ou seja, há delimitação de temas, problemas e recomendações.

É importante destacar ainda que, como visto anteriormente, o Currículo de Pernambuco de maneira mais destrinchada e a BNCC de maneira mais resumida por fases apontam para conteúdos que devem ser ensinados respeitando as etapas de ensino:

Alguns desses objetivos, sobretudo aqueles que dizem respeito à norma, são transversais a toda a base de Língua Portuguesa. O conhecimento da Ortografia, da pontuação, da acentuação, por exemplo, deve estar presente ao longo de toda escolaridade, abordados conforme o ano da escolaridade. (BRASIL, 2018, p. 139)

Entretanto, os documentos preocupam-se demasiadamente com o ensino das normas, o que fica bem claro em vários trechos dos documentos, como podemos perceber acima quando trata que quando relacionado às normas o ensino de Língua Portuguesa deverá respeitar o ano da escolaridade, mas estando presente ao longo de toda ela.

Souza & Baptista (2018) traz alguns questionamentos acerca da BNCC:

Outra questão importante está relacionada ao que a BNCC chama de aprendizagens essenciais. Usa-se os termos aprendizagens essenciais na tentativa de criarem um padrão de aprendizagens que o aluno deverá atingir. Na perspectiva da BNCC, quais são as aprendizagens significativas? São pautadas em que limite teórico? Responder a essas perguntas nos conduzirá a reflexão a respeito do interesse em transformar “aprendizagens significativas” em habilidades e competências. Dois termos largamente difundidos por propostas que se baseiam em uma concepção de Educação e de escola etapista. (p. 181)

Para os autores, a Base Nacional Comum Curricular não deixa claro o que está relacionado às aprendizagens significativas ou quais os limites teóricos para essas, o que através da leitura atenta da BNCC com o intuito de responder esses questionamentos percebe-se que há o interesse do documento em transformar aprendizagens significativas em habilidades e competências. Esses dois termos, por sua vez, é possível encontrar durante todo o documento, como uma necessidade de que o aluno desenvolva as habilidades e competências apontadas na Base para que seu desempenho venha a ser considerado como satisfatório para a conclusão de uma etapa e inserção em outra.

Os autores prosseguem ainda lançando críticas à preocupação do documento, apontando que a BNCC tem por objetivo muito mais que lançar propostas que sejam inovadoras nos “documentos oficiais e alavancar índices e resultados de avaliações de larga escala do que efetivamente garantir que escolas, professores e alunos sintam na prática os reflexos positivos de tais propostas.” (SOUZA & BAPTISTA, 2018, p. 181)

Todavia, como percebeu-se no decorrer dos tópicos anteriores, a BNCC permite a adequação à realidade, o que contraria a afirmação posta pelos autores supracitados. Por esta razão faz-se necessária uma observação minuciosa sobre se ocorre de fato ou não esse aprisionamento do saber cultural ou se são apenas argumentos jogados com a finalidade de convencer o leitor de supostos aspectos negativos da Base.

1.5 A Análise Linguística no contexto dos PCN/PE (2012) e BNCC (2017)

O Parâmetro Curricular de Pernambuco (2012) defende um ensino de língua portuguesa voltado para a concepção interacionista, ou seja, o aluno aprende a gramática normativa observando o contexto de uso, em suma o próprio documento traz conceito acerca de três eixos, sendo eles a Análise Linguística, gramática reflexiva e concepção interacionista, apontando que através desta linha o discente atua de maneira direta em seu processo de ensino/aprendizagem.

Para iniciar falando sobre a Análise Linguística o texto traz:

O eixo de Análise Linguística aqui proposto diz respeito ao trabalho com a “gramática reflexiva”. A análise linguística, também denominada reflexão gramatical, análise da língua ou análise gramatical (MENDONÇA, 2006), constitui o ensino de gramática numa perspectiva reflexiva, o que significa deslocar o que se chama de ensino metalinguístico, centrado no reconhecimento e na classificação dos elementos da língua, para um segundo plano, dando relevância a um ensino epilinguístico, centrado na análise da

funcionalidade dos elementos linguísticos em vista do discurso.
(PERNAMBUCO, 2012, p. 40)

Quando o currículo estadual propõe a Análise Linguística em sala de aula não está propondo que o professor ignore as normas gramaticais. No próprio parâmetro, ao decorrer da leitura, é possível encontrar a afirmação de que a gramática normativa é essencial ao falante da língua nos mais variados contextos, desde a oralidade à escrita.

Como colocado, a inserção da Análise Linguística associa-se, portanto, à gramática reflexiva, oferecendo ao aluno a possibilidade de compreender o porquê de determinados usos na oralidade, é um método que faz o aluno refletir sobre a língua. Destaca-se que o conteúdo normativo da gramática também deverá estar presente nas aulas de Língua Portuguesa, entretanto, devendo ocorrer com uma ponte entre a língua em uso com o sistema de regras que compõe a língua.

No processo de ensino e aprendizagem da língua, na escola, a reflexão e a análise linguística devem acontecer no interior de atividades interativas efetivas, na sala de aula, quer pela produção, quer pela leitura de textos orais e/ou escritos.” (PERNAMBUCO, 2012, p. 42). É importante que haja os conteúdos da gramática normativa e atividades que propiciem ao aluno a possibilidade de refletir sobre a língua em uso por meio da análise linguística.

É possível observar nesse contexto a colocação de Marcuschi (2002) que escreve:

A visão estruturalista, embora tenha produzido notáveis resultados e conhecimentos nada desprezíveis, vai cedendo lugar a novas perspectivas e seu auge se dá no final dos anos 60, quando a ideia de variação linguística obriga a que se volte o olhar para outros aspectos. Contudo, já bem antes disto, ainda nos meados do século XIX, frutificavam os estudos dialetológicos que mostravam como a língua variava geograficamente e os falantes não tinham uma unidade, seja do ponto de vista lexical ou fonético. Mudavam as pronúncias e outros aspectos da língua, mas isso não passava para o ensino e ficava no conhecimento dos filólogos que utilizavam estes elementos para seus estudos históricos. (p. 16)

Não há como negar que o ensino da estrutura da língua foi muito eficaz por muitos anos, entretanto, é importante também que se observe o quão a sociedade e os contextos vivenciados atualmente encontram-se mais acelerados e preocupados em observar novos paradigmas, para isso ocorrem as ideias de variação linguística, de que a língua não é objeto imutável e que é necessário um novo olhar para ela.

É nesse contexto de novas observações apontadas por Marcuschi (2002) sobre a língua e bem antes da ideia da variação linguística que já vinham alguns estudiosos observando a

língua através de seu dialeto e com isso percebendo que essa por sua vez variava de acordo com os falantes de cada região. Desse modo, quando o currículo estadual traz aspectos linguísticos relacionados ao contexto geográfico, a educação encontra-se mostrando um salto ao compreender a necessidade de se respeitar os mais variados ambientes em que a linguagem ocorre.

Complementa-se:

Além disso, como o atendimento à diversidade dos estudantes é uma perspectiva que torna a escola um espaço de inclusão, preocupa-nos haver pouco espaço para a consideração das múltiplas realidades, variadas condições existenciais e diferentes maneiras de aprender principalmente na versão final do documento. Como sabemos que as representações que os professores têm acerca dos estudantes são de ordem pessoal, ética, cultural e social, a ênfase nas particularidades e nas características próprias de cada ano/série de ensino não favorecem a construção da escola como um lugar com abertura para o diferente, as dissensões e a criação de práticas renovadas, como a BNCC pretende. (AZEVEDO & DAMACENO, 2017, p. 86)

É importante salientar que a escola, como apontam Azevedo & Damaceno (2017), é um ambiente de inclusão, portanto, é viável compreender que a língua é o primeiro contato de inclusão e, desse modo, não deve ser ignorada em sua variação, pois ela é mais que normas e regras mesmo que necessite dessas para que haja por parte do interlocutor um melhor desenvolvimento. Os documentos oficiais da educação atualmente apontam para esse cuidado, o incluir através da língua, incluir o aluno no processo de ensino/aprendizagem, fazendo-o pensar a língua criticamente através de seu conhecimento da mesma,

“Como falantes de uma língua, temos, todos, muito conhecimento sobre ela. As prescrições da gramática normativa devem ser alvo de análise crítica, evitando-se uma visão preconceituosa das variedades não padrão da língua.”(PERNAMBUCO, 2012, p. 46). Quando se trabalha através da Análise Linguística estamos respeitando o que o outro traz de carga de conhecimento, uma vez que somos todos falantes da língua portuguesa e tornamos assim a aula de gramática um debate em torno de um conhecimento já existente.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Tipo de pesquisa

Na construção de um trabalho científico é extremamente necessário que o pesquisador defina o método a ser utilizado. No que concerne ao presente trabalho, buscando fazer uma análise aprofundada de documentos primordiais para a educação, a saber: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que pretende unificar as propostas curriculares de todo país, entretanto, deixando margens para adequações regionais, por isso o outro documento a ser analisado é o Parâmetro Curricular do Estado de Pernambuco (2012).

Considerando que o objetivo do presente trabalho é oferecer a seus futuros leitores uma discussão aprofundada sobre os documentos orientadores da educação brasileira nos âmbitos nacional e estadual, escolhemos o método de análise documental. Autores como Cechinel et al, (2016, p. 6), destacam a relevância desse método que é decisivo para algumas áreas do conhecimento, tais como humanas e sociais, pois, em muitas pesquisas, os documentos são a única fonte de informação.

Autores como Kripka et al (2015) definem a pesquisa documental como uma análise de um documento que não sofreu tratamento, de acordo com eles:

O uso da análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos. (p. 243)

Desse modo, a pesquisa documental trata da análise do documento primário e não dos demais estudos advindos a partir dele. É importante que o pesquisador, ao definir este como seu método de pesquisa, selecione o conteúdo a ser analisado, trate e interprete a informação visando compreender a interação com sua fonte, então, é crucial que o pesquisador interprete o contexto e o momento em que o documento foi produzido.

A característica acima apontada serve, inclusive, para diferenciar a Análise Documental da pesquisa bibliográfica “no primeiro caso denomina-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tipo de tratamento analítico; no segundo as fontes serão secundárias” (KRIPKA et al, 2015, p. 244). Esclarecemos que a fonte secundária é definida

por toda bibliografia que já foi tornada pública, ou seja, as demais publicações baseadas em outro documento primário. Salienta-se ainda que:

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documentos ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007). Tendo em vista essa dimensão fica claro existir diferenças entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (SILVA et al, 2009, p. 5)

Os autores apontam para um fator que distingue a pesquisa documental da bibliográfica, apesar do termo documental empregado não necessariamente tratar-se de documento escrito, portanto, a pesquisa documental pode abranger desde filmes, vídeos, dentre outros. Tais documentos são utilizados como fontes de informação e trazem em seu conteúdo os aspectos determinantes nas questões, vindo a servir de provas para outros estudos.

É importante ressaltar que o trabalho deve contar ainda com as fontes secundárias, portanto, mesmo a metodologia definida como o método de Análise Documental também será utilizada no decorrer do trabalho a pesquisa bibliográfica a fim de fornecer embasamento teórico ao presente estudo. Kripka et al (2015), citando Marconi e Lakatos, afirmam que é imprescindível o levantamento de dados através das variadas fontes para qualquer tipo de pesquisa.

Vale apontar ainda o teor qualitativo da presente pesquisa. Sobre esse tipo de pesquisa, Fontelles et al (2009) afirmam que é o tipo adequado para quem busca compreender os fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas.

Quanto às etapas propriamente da Análise Documental, Silva et al (2009) apontam dois procedimentos: inicialmente é feita a coleta de documentos, que possui importância significativa, pois é o momento em que o pesquisador terá o primeiro acesso aos documentos que pretende analisar; o segundo momento é a análise propriamente dita dos conteúdos, é nesta fase que os documentos serão estudados e analisados de forma minuciosa.

Além dos passos citados, é importante atentarmos para a qualidade da leitura do documento, conforme recomendação:

Para um trabalho de análise de conteúdo relevante e consistente, destaca-se a importância da leitura compreensiva do material, de forma exaustiva para que sejam bem escolhidas e definidas as unidades de análise e as categorias a serem consideradas, uma vez que estas já se constituem em uma espécie de conclusão da análise. Reafirma-se a importância da descrição dos dados presentes no documento. No entanto, em uma abordagem qualitativa e compreensiva se faz necessária a produção da inferência; procurar o que está além do escrito, para que se possa chegar à interpretação das informações. (SILVA et al, 2009, p. 4561)

Portanto, Silva et al (2009) acima mencionados esclarecem a atitude do pesquisador diante de seu objeto de estudo, sendo que este deve inicialmente fazer uma leitura compreensiva do material, quantas vezes se fizerem necessárias a fim de não deixar passar pontos relevantes na interpretação. É importante ainda que sejam feitas descrições dos dados presentes no documento, por esta razão é comum à utilização de citação direta do documento a ser analisado. É crucial ainda que o investigador compreenda as entrelinhas, desse modo, a leitura de forma exaustiva é indispensável.

Complementando a afirmação, traz-se o seguinte ponto:

A análise documental inicia-se pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar, dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os elementos de análise podem variar conforme as necessidades do pesquisador. Após a análise de cada documento segue-se a análise documental propriamente dita, que consiste no “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” novamente. (CECHINEL et al, 2016, p. 4)

É importante ressaltar que no caso do presente trabalho que serão analisados dois documentos específicos, BNCC (BRASIL, 2017) e Parâmetro Curricular de Pernambuco (2012), cada um deve ser analisado de maneira separada com a quantidade de releituras que se fizer necessária, a partir dessas leituras alguns aspectos deverão ser observados, como o contexto histórico cultural no qual surgiu cada documento, entre outros aspectos. Apenas na análise documental propriamente dita, caracterizada também como análise dos dados, é que todos os documentos serão reunidos e analisados, conforme os aspectos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave.

2.2 A pesquisa documental e os documentos

Como apontado no tópico anterior, os objetos de pesquisa aqui apresentada são: a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e o Parâmetro Curricular de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2012). Ressalta-se que como afirmam Kripka et al (2015) a pesquisa documental tem como proposta a produção de novos conhecimentos acerca de um determinado documento pré-definido, possibilitando novas formas de compreender os fenômenos e conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. Portanto, ao utilizar o método documental para analisar documentos fundamentais para a educação, como as propostas curriculares nacional e estadual, o pesquisador corrobora para que haja novas formas de conhecer os documentos de maneira aprofundada, através do trabalho de análise.

Ressaltando que a BNCC é uma extensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, documentos que viabilizam oferecer a educação a unificação nacional, sendo assim, compreende-se que ambos trazem propostas para a educação no Brasil, entretanto, o PCN é apenas referencial para a consulta do docente, enquanto a BNCC é um documento normativo.

É importante salientar:

Entretanto, se estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País. A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores (...) Mas esta qualificação almejada implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira. (BRASIL, 1997, p. 13)

Desse modo, compreende-se através da afirmação em Brasil (1997) que a existência de parâmetros tem por finalidade melhorar a qualidade da educação brasileira, por meio de ações que viabilizem o investimento em diferentes frentes, como a educação inicial e continuada de professores. Destaca-se que os parâmetros não têm por intuito resolver todos os problemas da educação, entretanto, é mais uma ferramenta que deve contribuir na melhoria da qualidade a partir do investimento no ensino.

2.3 Procedimentos de coleta do material/corpus

Com a finalidade de analisar a BNCC e o PCN/PE alguns procedimentos foram utilizados a fim de produzir uma melhor análise dos dados. Em um primeiro momento, foram escolhidos os documentos a serem analisados a partir da observação da necessidade de compreender e adquirir mais conhecimento dos currículos de suma importância para a educação brasileira.

Para a elaboração do presente trabalho o documento escolhido a nível Estadual foi o publicado no ano de 2012 enquanto o Nacional o de 2017, observa-se uma diferença no contexto relacionado ao tempo e explica esta escolha pelo fato de o currículo estadual de 2017 repetir o que traz a BNCC. Por se tratar de uma análise comparativa achou-se inviável apresentar um documento que repete o outro.

Segue-se o exemplo utilizado por Silva et al (2009) para fazer a análise dos documentos:

No cerne da discussão aqui apresentada, adota-se uma abordagem qualitativa do método, enfatizando não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais. Compreende-se ainda que, dependendo da área da pesquisa do investigado e dos interesses do estudo, documentos que podem ser desprezíveis para uns podem ocupar lugar central para outros. (SILVA et al, 2009, p. 4556, p. 3)

Portanto, o método utilizado para a análise dos dados no presente trabalho é o método documental com abordagem qualitativa. Saliencia-se que não será dado foco a aspectos numéricos, mas sim à descrição dos dados que foram separados no decorrer das leituras feitas por meio do olhar cuidadoso do pesquisador.

Saliencia-se que, ao separar os materiais a serem utilizados, e serem feitas as leituras iniciais e as voltadas para a análise propriamente dita, o pesquisador buscou produzir novos conhecimentos, como ressalta Kripka et al (2015) ao abordar o tipo de pesquisa documental:

A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. Ela pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador “mergulhe” no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ela se insere, seja na área da educação, saúde, ciências exatas e biológicas ou humanas. (KRIPKA et al, 2015, p. 244)

A BNCC e o Parâmetro Curricular de Pernambuco foram separados pelo pesquisador deste trabalho que se propôs a produzir conhecimentos a partir destes documentos. Desse modo, vale salientar que, em um primeiro momento, por meio de bibliografia foram percorridos acerca dos mesmos de maneira separadas, observando seus contextos de elaboração. Segundo Silva et al (2009), faz-se necessário que em todo o processo de análise se tenha em vista o contexto histórico em que foi criado. Os autores prosseguem afirmando que :

É primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico, no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, no entanto, cabe admitir que a falta de distância tenha algumas implicações na tarefa do pesquisador, mas vale como desafio. (SILVA et al, 2009, p. 8)

Deve-se observar que em um estudo da BNCC (2017) e do Currículo de Pernambuco (2012) o contexto histórico é atual, pois apesar de inicialmente apresentar que os documentos foram elaborados a um dado momento aos longos dos anos após sua elaboração esses vem sofrendo modificações e adequações, portanto, tornam-se documentos atuais voltados as especificidades culturais e sociais do momento em que vivemos.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

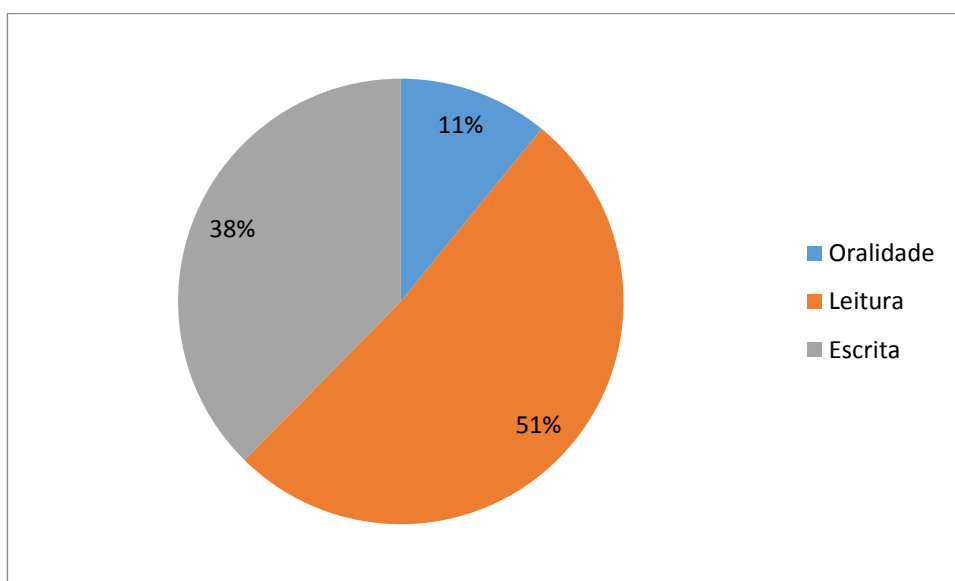
3.1. Síntese sobre análise Linguística dentro do Parâmetro de Pernambuco Orientações para o ensino de conhecimentos linguísticos no PCE/PE

Como já abordamos os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012) propõe a análise linguística como eixo vertical de ensino, pois perpassa todas as práticas de leitura, escrita e oralidade. Entende-se, de acordo com Pernambuco (2012) que a partir da reflexão sobre a língua faz sentido a partir de seu uso, ou seja, por meio da interação sejam nos espaços de oralidade, leitura ou de escrita.

Vale salientar que a Análise Linguística não perpassa o eixo da Literatura por meio do que é possível perceber em análise do próprio currículo Estadual. Esclarece-se que o foco da inserção de um ensino voltado à gramática reflexiva, como tal currículo propõe, está voltado para que o aluno, conhecedor da língua, possa identificar os contextos e com isto ser capaz de fazer uso da variedade mais adequada à situação que se encontra vivenciando.

Em suma, de acordo com esse documento, a inserção da Análise Linguística nos contextos vem a contribuir de maneira positiva para o bom desempenho do aluno em todos os vieses do uso da mesma, seja por meio da colocação correta quando à oralidade, seja através da elaboração adequada de textos e compreensão da leitura. Destaca-se sobre as expectativas da Análise Linguística o seguinte gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 1: Expectativas de aprendizagem em Análise Linguística distribuídos nos eixos de Oralidade, Leitura e Escrita.



É importante ressaltar que de acordo com o Currículo Estadual há uma totalidade de 9 expectativas de oralidade, 42 de leitura e 30 expectativas de escrita, totalizando 81 expectativas referentes a Análise Linguística.

Como é possível perceber no gráfico acima o eixo que mais atende a Análise Linguística é a leitura com mais da metade das expectativas, enquanto o menor percentual encontra-se voltado à oralidade com apenas 11%. Entende-se de maneira resumida cada um desses eixos e sua relação com a Análise Linguística.

3.1.1 Análise Linguística e Oralidade

Com a finalidade de trabalhar a oralidade, o currículo estadual aponta que as atividades relacionadas a análise linguística do texto oral tem por objetivo a produção de textos orais diversos, utilizando-se da ferramenta de escuta e retextualização, assim ainda espera por meio desse aspecto que seja possível explicitar as relações entre as modalidades falada e escrita.

Ressalta-se que o documento estadual afirma que o trabalho com oralidade “embasado numa concepção interacionista da linguagem – enfoca o uso, a compreensão, a valorização e a reflexão linguística sobre a modalidade falada.” (PERNAMBUCO, 2012, p. 54). Desse modo, a oralidade está baseada em um contexto de fala, observando o meio em que está inserida e a compreensão a partir da interação da língua.

Para melhor compreender as expectativas de aprendizagem em análise linguística relacionadas à oralidade, agrupamos tais expectativas em três blocos, conforme o critério de afinidade entre elas:

1. EXPECTATIVAS QUE ESTABELECEM BOA RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA ENTRE OS EIXOS DE ORALIDADE E ANÁLISE LINGUÍSTICA:

ORALIDADE – PRODUÇÃO ORAL	ANÁLISE LINGUÍSTICA
EA2- Produzir textos narrativos orais (piadas, cordel, peças teatrais, lendas, contos e narrativas em geral de aventura, de fada – quadrinhas, parlendas, trava-língua).	EA2- Escolher a variedade linguística e o registro adequados à situação discursiva.

EA4- Produzir textos expositivos orais (seminário, palestra, apresentação de livros lidos, entrevistas).	EA4- Promover a articulação entre as partes do texto por meio de diferentes recursos coesivos, para assegurar a continuidade e a unidade semântica do texto oral.
EA6- Produzir textos argumentativos orais (debates, propagandas, respostas a questões, justificativas, defesa de ponto de vista).	EA6- Identificar os efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos lexicais e morfossintáticos na produção de textos orais (inversão na ordem dos termos, uso de certos diminutivos).
EA7- Orientar-se a partir de comandos e instruções orais em geral.	EA7- Relacionar a variedade linguística utilizada ao contexto.
EA8- Reconhecer os gêneros específicos de fala (debates, palestras, apresentações orais de trabalhos, seminários, avisos, entrevistas, mesas-redondas).	EA8- Analisar o efeito de sentido de elementos típicos da modalidade falada (pausa, entonação, ritmo, hesitações).
EA9- Observar as normas de funcionamento que regem a participação dos interlocutores de uma produção textual oral, respeitando os intervalos da fala e da escrita.	

Vale apontar as expectativas 4 e 8, EA4 tem por objetivo fazer com que o aluno produza textos expositivos orais, percebe-se um trabalho voltado a apresentação de seminários, dentre outros aspectos, esse eixo perpassa sobre a Análise Linguística por promover com que as partes dos textos dialoguem através de recursos coesivos. Sendo assim, mesmo que por meio de mecanismos orais a expectativa 4 encontra-se muito atrelada a aspectos gramaticais.

Outra expectativa que também apresenta grande presença da Análise Linguística é a expectativa 8 em que espera-se que o aluno reconheça os gêneros específicos de fala, como palestras, entrevistas, mesas-redondas, dentre outras que perpassam a análise por meio do reconhecimento de sentido de elementos típicos da fala.

Entretanto, também encontramos expectativas de aprendizagem com que questionamos sua pertinência no eixo da Análise Linguística. Quanto às expectativas que não estabelecem vínculo com a análise linguística têm-se o quadro apresentado no tópico seguinte.

2. EXPECTATIVAS QUE NÃO ESTABELECEM BOA RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA ENTRE OS EIXOS DE ORALIDADE E ANÁLISE LINGUÍSTICA:

ORALIDADE – PRODUÇÃO ORAL	ANÁLISE LINGUÍSTICA
EA1- Produzir textos orais considerando os elementos da situação discursiva (interlocutor, objetivo comunicativo, especificidades do gênero, cai de transmissão).	EA1- Planejar previamente o gênero oral considerando a situação discursiva.
EA3- Produzir relatos orais (relatos de experiência, depoimentos, notícias, reportagens).	EA3- Elaborar planos de trabalho para produção oral, necessários ao momento da produção (perguntas de uma entrevista, roteiros de seminários, perguntas

As expectativas apresentadas aqui não estabelecem vínculo com o ensino da linguística, desse modo, a expectativa 1 objetiva produzir textos orais em que se pese a utilização de elementos discursivos por meio do planejamento prévio do gênero, nota-se que neste contexto há uma falha quanto a inserção de elementos textuais uma vez que se considera apenas a fala do sujeito e não proporciona aspectos linguísticos na construção da mesma. A expectativa 3, assim como a 1 pede apenas a produção de textos orais e não apresenta grandes vínculos com a análise linguística.

A expectativa 5 aponta para a produção de textos instrucionais orais adequando a linguagem corporal ao texto produzido pelos alunos, nesse contexto destaca-se que não percebe-se neste eixo a utilização da análise linguística.

3.1.2 Análise Linguística e Leitura

Quanto à prática de leitura, o Currículo Estadual propõe desenvolver habilidades discursivas através das expectativas de aprendizagem. Destaca-se ainda que as expectativas de aprendizagem nesse eixo foram divididas em quatro tópicos, os quais são: Gêneros textuais e funções comunicativas; Procedimentos de leitura em diferentes discursos; Organização temática; e Sequências textuais.

Destaca-se que a concepção da leitura como uma atividade subjetiva de construção de sentidos não implica assim, de acordo com o próprio currículo estadual assumir que qualquer leitura possa ser produzida a partir da interação com um cuidado no texto seja “autorizável”. As expectativas para o eixo de leitura incluem habilidades discursivas a serem desenvolvidas, bem como conteúdos de ensino implicados no desenvolvimento de competências leitoras. No quadro da leitura, as EAs foram distribuídas considerando-se quatro tópicos estruturantes. (PERNAMBUCO, 2012)

3.1.3 Análise Linguística e Escrita

Neste eixo, entende-se a aplicação dos Parâmetros com a finalidade de obter da escrita uma dimensão discursiva estruturada a partir de situações comunicativas reais e contextualizadas, desse modo, com a utilização dessas dimensões se constrói o sentido para o que se escreve.

É importante destacar que no eixo da escrita as propostas são organizadas tendo como referências os gêneros textuais. Neste eixo as EAs são organizadas de modo que venha a contemplar essa progressiva ampliação dos estudantes e de suas capacidades de interagir em situações mediadas pela linguagem. No eixo da Escrita, ressalta-se que a Análise Linguística perpassa todos os eixos.

As expectativas referentes ao eixo de Escrita abrangem que o trabalho feito com a linguagem escrita esteja fundamentado numa concepção de interação, pressupondo *que as* “situações de produção escrita sejam contextualizadas, de modo que os estudantes saibam o que, por que, para quem devem escrever.” (PERNAMBUCO, 2012, p. 110)

3.2 SÍNTESE SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA E O EIXO DE ANÁLISE LINGUISTICA/SEMIÓTICA DENTRO DA BNCC

Identifica-se que a BNCC por se tratar de um currículo a nível nacional estabelece diálogos com outros documentos curriculares que viabilizam no contexto da Língua Portuguesa a percepção do texto como unidade de trabalho, instituindo perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, assim, busca-se sempre relacionar os textos a seus contextos de produção além de desenvolver habilidades relacionadas ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e ainda produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2017)

É importante destacar que na BNCC, ao que se refere o componente de Língua Portuguesa, cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que venham a contribuir para a ampliação dos letramentos. Busca-se assim possibilitar que haja participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

Destaca-se ainda que as práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos que estão cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos (baseando-se na diversidade visual proporcionada pela internet), além deles observa-se as novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, replicar e interagir. O professor ensinando língua dentro do contexto (re)conhecido por crianças e adolescentes.

Ou seja, (re)conhece-se a realidade vivenciada por nossos jovens cada vez mais ligados as redes e estabelece-se que o ensino de Língua Portuguesa venha a utilizar de tais ferramentas para alcançar seu aluno propiciando a ele a descoberta de novos gêneros e textos tão presentes em seu cotidiano. Sendo assim, ressalta-se que a BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia. (BRASIL, 2017).

3.2.1.Eixo da análise linguística/semiótica

Quanto ao eixo da Análise Linguística/semiótica há demasiada preocupação que esta aborde os aspectos verbais, orais e escrita da linguagem, dentro desse contexto explana-se acerca da composição dos textos: coesão, coerência e organização da progressão temática dos textos, influenciadas pela organização típico (forma de composição) do gênero em questão.

Quanto aos textos orais destaca-se os elementos próprios da fala que devem ser abordados nos temas referentes (ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística ou estilização e alguns mecanismo etc.). Nesse sentido, o eixo aqui discutido envolve os procedimentos e estratégias (metas) cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (inclusive orais).

Neste eixo, é importante observar que as praticas de leitura/escuta e ainda de produção de textos orais, escritos e multissemióticos são momentos oportunos para que haja reflexão acerca da língua e das linguagens de uma forma geral. Espera-se que o educador utilize descrições, conceitos e regras por meio de uma construção de saber como: a comparação entre definições que permitam observar diferenças de recortes e ênfases na formulação de conceitos e regras.

No quesito eixo da análise linguística, cabem todas as reflexões acerca dos fenômenos que permeiam a língua, dentre os quais encontra-se a mudança sofrida pela língua e a variação linguística através da possibilidade de serem observados sobre qualquer nível de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser sistematizado. (BRASIL, 2017)

3.2.2 Eixo da leitura

Destaca-se quanto ao Eixo de Leitura que este abrange as práticas de linguagem que sejam decorrentes da interação do aluno com o meio, desse modo, apresenta leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação. Nesse contexto, o educador trabalha a partir de textos e obras literárias observando a estética pertencente a estes, além dos quais devem ser apresentadas discussões acerca do conhecimento do texto lido.

Para a Base Nacional Comum Curricular o eixo da leitura vai além do texto propriamente dito, adentra-se aspectos referentes a imagens estáticas (dos quais se relacionam fotos, pintura, desenho, entre outros), ou em movimento (filmes, vídeos, etc.), e ainda ao som (músicas).

3.2.3 Eixo da produção de textos

Neste eixo, a BNCC apresenta preocupação com a interação e a autoria. Essa segunda pode ser vivenciada individualmente como ainda em grupos. Da mesma maneira que a Base aborda o eixo de leitura, não se deve conceber que as habilidades de produção sejam desenvolvidas de forma genérica e descontextualizadas, mas por meio de situações efetivas de produção de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana. (BRASIL, 2017)

3.2.4 Eixo da oralidade

No quesito eixo da oralidade, a BNCC é breve, apontando que este compreende as práticas de linguagem que podem ou não ocorrer através de situações orais que trazem o contato visual ou não, como a possibilidade de falar ao telefone, dentre outros aspectos abordados pela Base. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação. (BRASIL, 2017)

A tabela a seguir apresenta de maneira resumida algumas expectativas dentro do campo de atuação da Análise Linguística.

Análise Linguística/Semiótica (campo jornalístico midiático)	Construção composicional	(EF69LP16) Analisar e utilizar as formas de composição dos gêneros jornalísticos da ordem do relatar, tais como notícias (pirâmide invertida no impresso X blocos noticiosos hipertextuais e hipermediáticos no digital, que também pode contar com imagens de vários tipos, vídeos, gravações de áudio etc.), da ordem do argumentar, tais como artigos de opinião e editorial (contextualização, defesa de tese/opinião e uso de argumentos) e das entrevistas: apresentação e contextualização do entrevistado e do tema, estrutura pergunta e resposta etc.
Análise Linguística/Semiótica (campo de atuação na vida pública)	Análise de textos legais/normativos, propositivos e reivindicatórios	(EF69LP27) Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/ jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas etc.), propaganda política (propostas e sua

		sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios: cartas de reclamação, petição (proposta, suas justificativas e ações a serem adotadas) e suas marcas linguísticas, de forma a incrementar a compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados quando isso for requerido.
Análise Linguística/Semiótica (Campo das práticas de estudo e pesquisa)	Construção composicional Elementos paralinguísticos e cinésicos Apresentações orais	(EF69LP40) Analisar, em gravações de seminários, conferências rápidas, trechos de palestras, dentre outros, a construção composicional dos gêneros de apresentação – abertura/saudação, introdução ao tema, apresentação do plano de exposição, desenvolvimento dos conteúdos, por meio do encadeamento de temas e subtemas (coesão temática), síntese final e/ou conclusão, encerramento –, os elementos paralinguísticos (tais como: tom e volume da voz, pausas e hesitações – que, em geral, devem ser minimizadas –, modulação de voz e entonação, ritmo, respiração etc.) e cinésicos (tais como: postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia, modulação de voz e entonação, sincronia da fala com ferramenta de apoio etc.), para melhor performar apresentações orais no campo da divulgação do conhecimento.
Análise Linguística/Semiótica (Campo artístico Literário)	Recursos linguísticos e semióticos que operam nos textos pertencentes aos gêneros literários	(EF69LP54) Analisar os efeitos de sentido decorrentes da interação entre os elementos linguísticos e os recursos paralinguísticos e cinésicos, como as variações no ritmo, as modulações no tom de voz, as pausas, as manipulações do estrato sonoro da linguagem, obtidos por meio da estrofação, das rimas e de figuras de linguagem como as aliterações, as assonâncias, as onomatopeias, dentre outras, a postura corporal e a gestualidade, na declamação de poemas, apresentações musicais e teatrais, tanto em gêneros em prosa quanto nos gêneros poéticos, os efeitos de sentido decorrentes do emprego de figuras de linguagem, tais como comparação, metáfora, personificação, metonímia, hipérbole, eufemismo, ironia, paradoxo e antítese e os efeitos de sentido decorrentes do emprego de palavras e expressões denotativas e conotativas (adjetivos, locuções adjetivas, orações subordinadas adjetivas etc.), que funcionam como modificadores, percebendo sua função na caracterização

		dos espaços, tempos, personagens e ações próprios de cada gênero narrativo.
--	--	---

Para compor a tabela apresentada acima deve-se destacar que apenas a primeira expectativa de cada eixo foi aqui transcrita, a fim de evitar uma enorme reprodução da BNCC, observa-se que as expectativas apresentadas encontram-se voltadas a compreensão de sentido, significado e conceitos a partir da vivência de um fato apresentado pelo professor. Portanto, a Base sugere ao docente tornar o aluno responsável pela construção de seu conhecimento.

A BNCC (2017) aponta que os conhecimentos repassados pelo docente deverão estar atrelados aos demais eixos que são fundamentais na organização dos objetivos de aprendizagem da Língua Portuguesa, ou seja, as aulas devem propiciar que a abordagem linguística ocorra sempre em favor da linguagem que se encontra evidenciada pelos eixos de leitura, escrita ou oralidade.

A própria BNCC sugere que na disciplina de Língua Portuguesa deve ser ampliado o contato do estudante com os gêneros textuais que estão relacionados a vários campos de atuação e várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, e direção a novas experiências. (BRASIL, 2017, p. 136)

Em suma, no decorrer da BNCC, sugere-se que a educação deve estar voltada ao conhecimento social e cultural. Entende-se ainda que no mundo contemporâneo as redes sociais encontram-se presentes na vida de nossos jovens, portanto, é comum que se espere que abordar o gênero jornalístico-midiático possa ser a ponte que integra educação, conhecimento e vivência, sendo assim, o conteúdo programático está voltado a atender uma demanda de conhecimento prévio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os currículos são de grande importância para dar um norte à educação através de uma uniformização do processo de ensino, todavia, a Base Nacional Comum Curricular que tem por intuito uniformizar a educação nacional possibilita a cada estado brasileiro à adequação necessária a realidade vivenciada pela comunidade, percebe-se, portanto, que as críticas apontadas no decorrer deste trabalho por outros autores são infundadas quando abordam a impossibilidade de a BNCC abranger todo o território nacional uma vez que somos um país rico em aspecto cultural.

Destaca-se que as práticas de linguagem encontram-se ligadas a cinco pontos que são sugeridos pela BNCC, sendo: campo da vida cotidiana, campo de atuação na vida pública, campo jornalístico-midiático, campos das práticas de estudo e pesquisa e campo artístico-literário, dentro desses cinco campos os objetos de conhecimento. É importante destacar que o Currículo de Pernambuco destrincha ainda mais os objetos de conhecimento, tornando ainda maior os pontos a serem abordados.

A abordagem dos conteúdos deve se dar por meio de uma progressão, onde deverão ser observados a complexidade; o foco; o uso frequente; a abordagem de regularidades e das irregularidades; pelo próprio grau de autonomia do estudante; e pelo tratamento dado ao conteúdo. Outro fator observado e que cabe ressaltar diz respeito à organização do Currículo de Pernambuco que trata de cada ano/etapa de ensino de maneira individual, desse modo, desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até o nono ano do Ensino Fundamental o Currículo apresenta de maneira individual, enquanto a BNCC separa em etapas e apresenta de maneira conjunta, onde o Ensino Fundamental, anos finais encontra-se do 6º ao 9º ano em uma apresentação conjunta.

Portanto, a Base é ferramenta de grande importância na construção do currículo estadual, possibilitando aos responsáveis pela construção do mesmo as alterações necessárias desde que não haja perdas do contexto abordado pelo documento nacional. Na prática, a utilização da análise linguística, a partir do contexto social, corrobora para que o aluno possa tomar posse do conhecimento como indivíduo atuante nele.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; DAMACENO, Taysa Mercia dos S. Souza. **Desafios do BNCC em Torno do Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica**. Revista de Estudos de Cultura, n. 7, p. 83-92, 2017. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/6557>, acesso em maio de 2019

BITTENCOURT, Jane. **A base nacional comum curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas**. EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação. ISSN 2176-1396

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL, Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofial_site.pdf acesso em março de 2019

CÂNDIDO, Rita de Kássia; GENTILINI, João Augusto. **Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 33, n. 2, p. 323-336. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70269> acesso em abril de 2019.

CECHINEL, Andre et al. **Estudo/Análise documental: uma revisão teórica e metodológica**. Criar Educação, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em:

<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446/2324>, acesso em julho de 2019

CURRÍCULO DE PERNAMBUCO, **Ensino Fundamental – área de linguagens**. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. **UNDIME**. 2014

DANTAS, Wallace. **Sobre a necessidade de repensar o ensino de língua portuguesa no ensino médio**. Revista Ininga-ISSN 2359-2265, v. 2, n. 1, 2017.

FAVERO, Suélen Brancher. **A Base Nacional Comum Curricular e o currículo da Educação Infantil**. 2017.

FONTELLES, Mauro José et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Revista Paraense de Medicina, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em:
https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf acesso em junho de 2019

FRANCO, Luiz Gustavo; MUNFORD, Danusa. **Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: Um olhar da área de Ciências da Natureza**. Horizontes, v. 36, n. 1, p. 158-171, 2018.

GERALDI, João Wanderley. **O ensino de língua portuguesa-e a Base Nacional Comum Curricular. Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, 2015.

<http://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/PARECER-CEE.PE-N%C2%BA-114.2018-CEE-converted.pdf>

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11695503/inciso-iv-do-artigo-9-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_205_.asp

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. **La investigación documental sobre la investigación cualitativa: conceptos y caracterización**. Revista de Investigaciones UNAD, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015. Disponível em: <http://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771> acesso em junho de 2019

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **O papel da linguística no ensino de línguas**. Diadorim, Rio de Janeiro, **Rev.** 18, vol. 2, p. 12-31, jul-dez 2002. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/5358> acesso em maio de 2019

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate***, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2017.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Alternative proposals for curricula: limits and progress. *Educação & Sociedade***, v. 21, n. 73, p. 109-138, 2000.

NETO, colégio estadual Pedro Araújo. **Proposta curricular da língua portuguesa ensino fundamental e médio**, 2010.

NÓBREGA, J. J., & SUASSUNA, L. (2014). **CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO. *Revista e-Curriculum***, 12(1), 925-947.

PERNAMBUCO, Parâmetros para a Educação Básica do Estado. **UNDIME**, 2008.

PERNAMBUCO, Parâmetros para a Educação Básica do Estado. **UNDIME**, 2012.

PERNAMBUCO, Parâmetros para a Educação Básica do Estado. **UNDIME**, 2014.

PERNAMBUCO, Parâmetros para a Educação Básica do Estado. **UNDIME**, 2015.

PERNAMBUCO, Parâmetros para a Educação Básica do Estado. **UNDIME**, 2016.

PERNAMBUCO, Parâmetros para a Educação Básica do Estado. **UNDIME**, 2018.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa***, n. 114, p. 179-195, novembro/2001.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **O QUE DIZEM SOBRE A BNCC? Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2016. *Revista Espaço do Currículo***, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/rec.v9i2.29922> acesso em maio de 2019

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6> acesso em junho de 2019

SILVA, Danyele Tavares da Silva. **A alfabetização na perspectiva do letramento: A alfabetização e o letramento, o papel social do letramento e o papel do professor como formador de alfabetizados letrados**. Brasil Escola, 2017.

SILVA, Ananias Agostinho da. SILVA, Francisco Vieira da. **Posicionamentos de docentes de língua portuguesa acerca do ensino de gramática no documento da BNCC**. Rev. Ens. Interdisciplinar, v. 3, nº 07, Juazeiro/2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2318> acesso em maio de 2019

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: Congresso Nacional de Educação. 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Maria Valnice da; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. **A BNCC e as implicações para o currículo da educação básica**. 2016

SOUZA, Danilo Fernandes Sampaio de; BAPTISTA, Felipe Barreto. **O ensino de língua portuguesa e a base nacional comum curricular: tensões e divergências**. Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, n. 17, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/12623> acesso em abril de 2019

XAVIER, Manassés Moraes; & ALMEIDA, Maria de Fátima. **A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de Língua Portuguesa**. III CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA15_ID692_15082016083920.pdf acesso em março de 2019.

ZAMBON, Martinez Chiquetti. **Base Nacional Comum Curricular e o impacto nos processos avaliativos do INEP da educação superior**. Avalies, 2017.